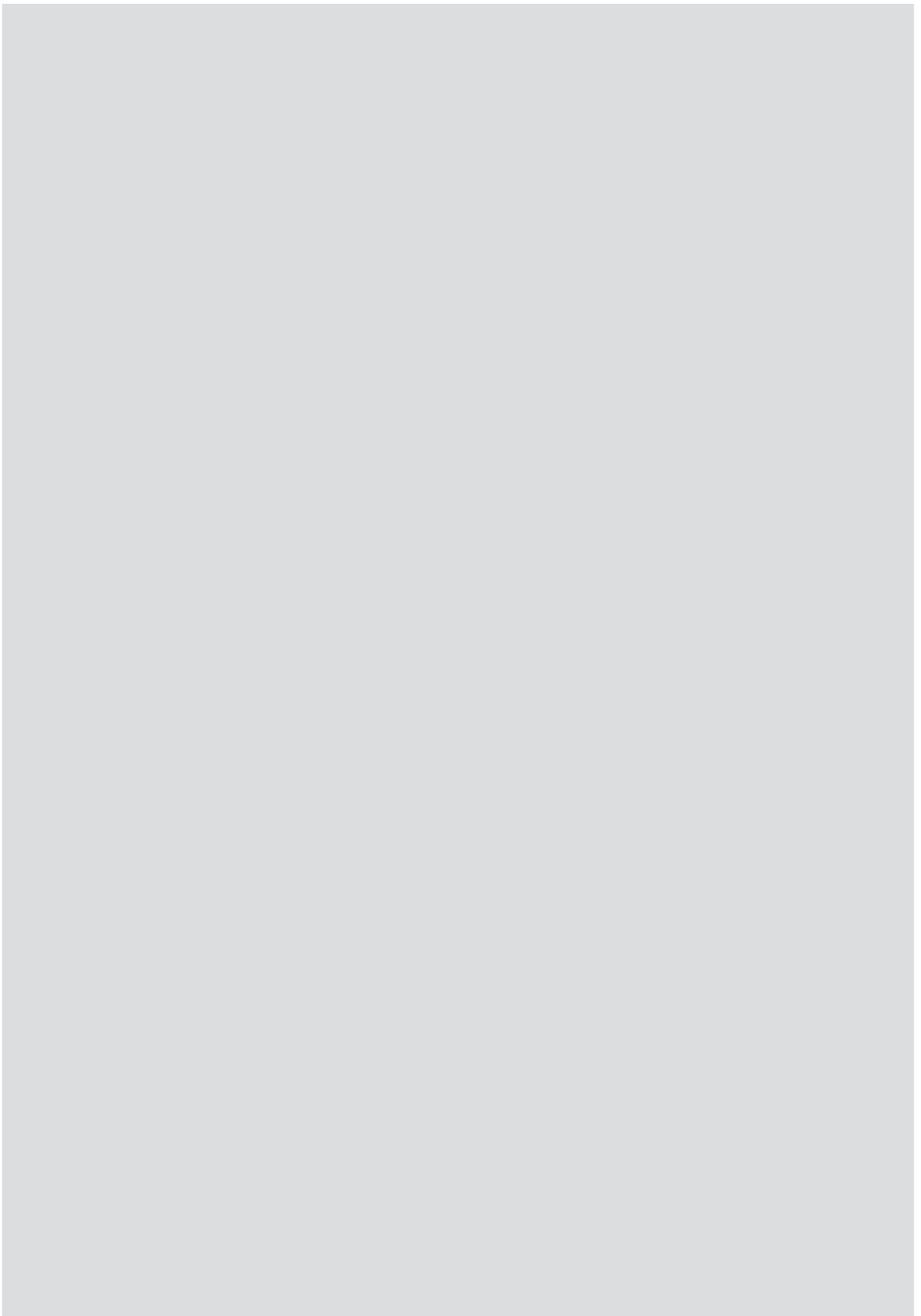


**PAULO IUMATTI**

saberes populares no nordeste de  
Manuel Correia de Andrade

Doutor em história  
e professor da  
Universidade de  
São Paulo (USP)





Conheci o Prof. Manuel Correia de Andrade em 2003, quando ele veio ao IEB falar sobre sua amizade com Caio Prado Jr. Depois disso, vários laços foram construídos. Senti, assim, tremendamente sua perda – ocorrida em uma semana em que eu havia previsto uma visita ao Recife, cancelada na última hora. Um dos derradeiros trabalhos realizados pelo mestre foi seguramente a segunda revisão da entrevista que concedeu no IEB, e que recebi em São Paulo três dias depois da notícia de sua morte.

O pequeno texto a seguir ressalta um aspecto de *A Terra e o Homem no Nordeste*, em que se vê e reconhece, para além do geógrafo, o homem.

\*

Uma característica fundamental da escrita de *A Terra e o Homem no Nordeste* é o grande poder de síntese, uma síntese que não apaga o objeto mas o ilumina em suas colorações específicas, enfrentando, e não contornando, os fatores de diferenciação que sempre desafiam as generalizações. Na escrita do historiador e geógrafo, esses fatores são considerados um a um, até o surgimento de algum “traço de união”, como, por exemplo, no caso da interpretação do Sertão e do Litoral Setentrional<sup>1</sup>. Isto porque Manuel Correia de Andrade considerava fundamental a análise das diversificações dentro de uma mesma região (“[...] Aí é que a participação do geógrafo no planejamento é indispensável, uma vez que ninguém melhor do que ele pode indicar as regiões e sub-regiões em que se divide uma área. [...]” (op.cit., p. 239), as quais se exprimiam não só pelas condições naturais como também pelas formas de atividade humana, o que o levava a trabalhar com o conceito de *mosaico regional*<sup>2</sup>. Diversificações concretas, de desenhos complexos, que apenas um conhecimento profundo, construído junto à imersão no universo da região, poderia captar.

<sup>1</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964. p. 25-37. Todas as citações deste texto pertencem a essa edição.

<sup>2</sup> Assim, as grandes regiões trabalhadas no livro – a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão – possuíam inúmeras diferenciações internas, que era vital considerar, como fica claro no início de uma das seções do capítulo “Propriedade, Policultura e Mão-de-Obra no Agreste”: “O Agreste, região de transição que é, possui variações mesológicas bem mais acentuadas que a Mata e o Sertão. Apresenta grandes diversificações no tipo de uso da terra e, conseqüentemente, nas relações de trabalho no campo. Por isto, neste capítulo em que pretendemos retratar as condições de vida e o trabalho do homem que moureja a terra, procuraremos focalizar o verdadeiro mosaico que é a região.” (op.cit., p. 154).

Assim, o autor considerava, logo no início do livro, que, sendo muito complexa a origem das paisagens geográficas, ninguém ousaria admitir a exclusividade da ação de um elemento na elaboração dos quadros paisagísticos, e que “até mesmo a dominância dificilmente poderia ser comprovada de forma científica”. Entretanto, ponderava que em cada região se notava um elemento a sobressair, levando o *homem prático que moureja a terra a referi-lo*, sempre que queria distinguir as várias áreas que compunham o “mosaico regional” (p. 6, grifos nossos). Esse fator comum – inicialmente identificado no “clima, através do regime pluvial, e exteriorizado pela vegetação natural” (*ibidem*) – era também, e imediatamente, referido como *produtor de diferenciações*<sup>3</sup>. Ficava claro, portanto, de saída, que não se tratava de extrair a “essência” da região, de encarcerá-la em uma imagem monolítica, mas sim, de detectar um dos elementos-chave – embora não *suficiente* – a partir do qual a análise dos mosaicos, a atenção às diferenciações e a explicação dos modos de vida e das relações de produção em seu contexto geográfico seriam conduzidas.

O estudo dos fatores de diferenciação e da especificidade das múltiplas situações – no qual avultam descrições a um só tempo detalhadas e resumidas, bem como contornos singulares e pormenores significativos (que, em si, são também síntese) – tem como base, de um lado, um

<sup>3</sup>[...] Entre uma área e outra firma-se uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como a Mata e outros tão secos como o Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste. Daí, dessa diversidade climática, surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam economicamente mas que, política e socialmente se contrapõem: o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado, observando-se entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade e da policultura. / Daí podermos, em um ensaio de síntese como este sobre o Nordeste, dividi-lo em três grandes regiões que são, a um só tempo, naturais e geográficas, dando às mesmas os nomes consagrados pela tradição: Mata, Agreste e Sertão.” (ANDRADE, M. C. de, op.cit., p. 6-7; grifos nossos). É importante ressaltar que a atenção ao individual e às diferenciações dos “mosaicos regionais” fazia com que mesmo as relações de semelhança, quando vislumbradas, fossem trabalhadas pelo Autor com cuidado, com o que sublinhava a não identidade das situações: “[...] analisando-se a evolução econômica do Sertão, observa-se uma certa semelhança com o que ocorreu no Agreste. Dizemos semelhança e não identidade porque as dificuldades de comunicação do Sertão com a região da Mata eram bem maiores que as do Agreste, acarretando o encarecimento dos produtos agrícolas, como também dificultando a colocação dos mesmos. [...] A semelhança que salientamos deriva do fato de ambas as regiões terem sido povoadas por criadores de gado e de ter sido a pecuária a razão de ser da conquista e do povoamento regional. [...]” (*Ibidem*, p. 193).

trabalho sistemático de pesquisa com fontes publicadas, dialogando, inclusive, com as novas instâncias institucionais de coleta e produção de dados (IBGE, Serviços de Documentação federais e estaduais, etc.), relacionadas à fase por que passava o Estado brasileiro, caracterizada por processos ambíguos de centralização e racionalização; e, de outro lado, um trabalho fundamental, construído em anos de experiência e estudo, de imersão nos mundos sociais e culturais locais, em que se destaca a penetração nos universos das classes populares e subalternas. É o que se entrevê no começo do livro, quando Manuel Correia de Andrade questiona o conceito de Nordeste, contrapondo-se aos estereótipos e mistificações que então assomavam, observando:

[...]o Nordeste, como o Brasil, tem sido pouco estudado e pouco pesquisado por especialistas em ciências naturais e sociais que o tenham realmente perlustado, observando, *trocando ideias com os seus habitantes, aplicando inquéritos pacientemente*, enfim, procurando analisar e conhecer as características e os problemas regionais. (p. 3; grifos nossos)

Os saberes vindos da prática, do cotidiano e do modo de vida da população trabalhadora, do “homem prático que moureja a terra”, estão no cerne da pesquisa e da interpretação de Manuel Correia de Andrade. A propósito, e referindo-se ao período em que escrevia sua tese *A Pecuária no Agreste Pernambucano*, no final dos anos 1950, ele nos concedeu o seguinte depoimento:

Numa dessas andanças, conheci um vaqueiro de uma fazenda da família Valença, em São Bento do Una, que, costume dizer, exerceu tanta influência na minha formação quanto Caio Prado. Cheguei a sua casa, com dois estudantes, às oito da manhã, e só fomos embora à noitinha. Há trinta anos ele era vaqueiro naquela fazenda, e antes dele, fora o seu pai. A conversa estendia-se, e quando deu meio-dia e meia, ofereceu-nos uma carnezinha do Ceará, assada, com macaxeira. ‘A casa é de pobre mas tem. Venha almoçar.’ Depois do almoço,

continuamos conversando até as seis horas. Despedimo-nos, e pegamos o jipe, rumo a Garanhuns. Os alunos, então, lamentaram-se: ‘Ah, professor, o sr. perdeu um dia inteiro com esse homem.’ ‘Eu saí ganhando’, adverti, ‘ele é que perdeu o dia dele’. [Risos.] Realmente, foi fundamental. Quando saí a campo novamente, constatei, nas inúmeras conversas com sertanejos, que as informações complementavam-se.<sup>4</sup>

Em *A Terra e o Homem no Nordeste*, a análise social vale-se fartamente dessa inserção, valorizando a multiplicidade das experiências e saberes populares, tornando-se concreta não só por meio de uma observação externa da cultura material e das técnicas produtivas, mas aproximando-se de seu universo vivido, de seu cotidiano e da intimidade das relações de trabalho. Pode-se mesmo dizer que o autor estruturou seu livro a partir dessa perspectiva, buscando o ponto de vista “dos de baixo”, o que implicou, no trabalho de campo, uma grande habilidade em dialogar com pessoas e vivenciar diferentes situações. E é nesse sentido que o autor traz à tona, com toda a sua força e mantendo um alto grau de elaboração metodológica, a dramaticidade das situações de proletarização e de exploração, que vão até à escravidão (p. 93-94; 116-120; 125; 192; 202-208), conseguindo, também, por outro lado, refletir com prudência sobre fatores pertinentes, por exemplo, às possíveis causas dos incêndios nas zonas canavieiras (p. 116-117). O tom mais inflamado – mas nunca panfletário – vem apenas no último e bem documentado capítulo do livro, “As Tentativas de Solução do Problema Agrário” (p. 225-258). Além disso, submetida ao crivo do pesquisador experimentado e sistemático, a imersão profunda nos universos das classes subalternas permite o resgate de aspectos ligados à alimentação, às condições sanitárias, às produções artesanais

<sup>4</sup>Faces de uma Amizade. Manuel Correia de Andrade e Caio Prado Jr. Entrevista do prof. Manuel Correia de Andrade, concedida aos profs. Paulo Iumatti, Heinz-Dieter Heidemann, Manoel Fernandes Gonçalves Seabra, Vanderli Custódio e Régis Gonçalves. Introdução e notas: Paulo Iumatti. IN: IUMATTI, P.; HEIDEMANN, H.-D.; SEABRA, M. (Org.) *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008. p. 192. Ver também seu livro de depoimentos Rita de Cássia de Araújo (org.) *O Fio e a Trama*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2002.

(p. 79; 207) e aos complexos culturais como o da carnaubeira<sup>5</sup>, bem como a modos de ser e de viver vinculados não apenas à esfera da produção, mas com a consideração de escolhas e desejos populares, em que são vislumbrados anseios de liberdade e uma esfera própria de direitos:

Grande parte dos trabalhadores rurais vive, porém, nas cidades, vilas e povoações da zona canavieira. [...] Preferem viver nestes aglomerados que chamam geralmente de 'rua', para terem a liberdade de trabalhar no dia que quiserem, frequentar o culto religioso que desejarem, votar no candidato que preferirem ou que melhor pagar o seu voto, ter vida social mais movimentada, pois organizam danças, geralmente aos sábados, poderem frequentar bodegas e tomar cachaça e terem o direito de receber salário um pouco mais elevado. Não recebem, porém, qualquer assistência médica dentária, farmacêutica nem social e dificilmente conseguem empréstimos. (p. 119)

Outro aspecto da imersão pode ser visto em uma passagem em que o Autor comenta as práticas sertanejas ligadas à previsão de chuvas. Nela, percebe-se uma mescla de elementos provenientes de crenças e saberes, apresentada com objetividade surpreendente se levarmos em consideração os valores dominantes nos anos 1950 e 1960:

[...] preocupando-se com uma possível seca, o sertanejo está sempre às voltas com 'experiências' e prognósticos sobre as possibilidades de chuvas nos anos que virão. Para estas 'experiências' o dia de Santa Luzia (13 de dezembro) é o mais importante, uma vez que o tomam como ponto de referência para o mês de janeiro do ano seguinte e os dias que se seguem correspondem aos outros

<sup>5</sup> "Pela extensão ocupada pelos carnaubais e pela multiplicidade de aplicações dos produtos da carnaubeira, podemos afirmar que há um verdadeiro complexo cultural na região, uma verdadeira civilização da carnaúba que está a exigir um minucioso levantamento, um verdadeiro inventário que a encare do ponto de vista da importância econômica, das influências culturais, antropológicas e sociológicas, sem esquecer os aspectos históricos." (ANDRADE, op.cit., p. 210; 211-218.

meses, (assim o dia 14 é fevereiro, 15 é março, 16 é abril e assim por diante até o dia 24 que corresponde ao mês de dezembro). No dia em que chover, o mês correspondente será de chuva e naquele em que não chover, o mês correspondente será seco.[...] Também são desanimadoras as perspectivas do ano seguinte se, em novembro ou dezembro, não chover no Oeste do Piauí. Isto porque a estação “invernosa” piauiense precede a da porção Oriental do Nordeste./ Também se não chover até o dia de São José, 19 de março, o sertanejo perde totalmente as esperanças e, se é pobre, trata de migrar, se é rico procurar armazenar os alimentos necessários para atravessar a crise. É que, mesmo chovendo após este dia, a estação chuvosa não terá a duração necessária ao desenvolvimento das plantas que semearem. (p. 38)

Ao longo do livro, a adoção de soluções descritivas, resultantes de enorme labor intelectual na medida em que formam *imagens-síntese*, parece estar também relacionada a essa busca por um viés que não menosprezasse as experiências populares e sua pluralidade, chegando a questionar, assim, hierarquias de valores mais inequivocamente presentes em espaços hegemônicos da produção intelectual da época, como o do ISEB. E nesse sentido específico, o discípulo de Caio Prado aproximava-se de alguns aspectos do pensamento de Gilberto Freyre – autor aliás bastante utilizado no livro (p. 7, 41, 61, 74, 88, 186) – e, talvez mesmo, conquanto em plano distinto, do de Paulo Freire. A imersão no universo das classes subalternas lhe permite, ainda, o questionamento de certos estereótipos. Já mencionamos o caso dos incêndios, falsamente atribuídos à atuação das Ligas Camponesas (p. 253-254); em outra passagem, em que eram abordadas a cultura do coco e a população que vivia em sua órbita, o estudioso destacava que o praieiro, que se dedicava quase sempre à pesca, era

[...] considerado em toda a região como preguiçoso, como homem que gosta de pouco trabalho, o que é em parte um exagero, uma vez que é muito dura a faina do pescador. Na verdade, se o regime de trabalho não tem a continui-



dade do trabalho de outras áreas, é que depende muito do tempo e porque, na praia, a alimentação é facilmente encontrada nos mangues que ficam por trás das restingas. Aí são encontrados em grande quantidade, os caranguejos, crustáceos que dão excelentes pratos. (p. 129)

Em *A Terra e o Homem no Nordeste*, são muitas as instâncias em que se percebe a profunda imersão de Manuel Correia de Andrade no universo de saberes e vivências populares em sua diversidade, o que, em si, apresentou-se-lhe como grande desafio metodológico. Nos anos 1950 e 1960 formou-se um notável contingente de geógrafos no Brasil – em que se destacou, como se sabe, o grupo do Recife, de que Manuel Correia de Andrade participou com Gilberto Osório de Andrade, Mário Lacerda de Melo e outros, e que se articulou em torno de espaços institucionais como o da Universidade e do Instituto Joaquim Nabuco<sup>6</sup>, em conexão com demandas imediatas, que remetiam ao vínculo entre o desafio de racionalização das políticas públicas e a necessidade de complexificação e aprofundamento do *corpus* de conhecimentos sobre a “região” – ou as “regiões” – em sua diversidade e multiplicidade<sup>7</sup>. As soluções que Manuel Correia de Andrade encontrou e a perspectiva que logrou construir ajudam a explicar a força desse clássico do pensamento social brasileiro do século XX.

<sup>6</sup> Gilberto Osório de Andrade, *Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental. I O Rio Ceará-Mirim*. Recife: Imprensa Oficial, 1957 (Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais), p. 5-10.

<sup>7</sup> “Para a escolha do assunto concorreram várias razões, entre outras a necessidade que têm as regiões subdesenvolvidas e pouco estudadas, como o Nordeste, de que os geógrafos analisem suas paisagens e examinem seus problemas, a fim de que os economistas e administradores dispõemham do conhecimento básico da região, necessário à elaboração e aplicação de planos de desenvolvimento.” Manuel Correia de Andrade *A Pecuária no Agreste Pernambucano*. Recife, 1961 (tese apresentada para provimento da Cátedra de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco da Universidade do Recife). Ver também *A Terra e o Homem no Nordeste*, op. cit., p. 239; para ficarmos em apenas um outro autor da época, veja-se o depoimento de Celso Furtado, *A Fantasia Desfeita*. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 33-86.